



Estado do Pará

Câmara Municipal de Belém

ATA DA QUADRAGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO
SEGUNDO PERÍODO DA PRIMEIRA SESSÃO
LEGISLATIVA DA DÉCIMA NONA LEGISLATURA.

No vigésimo quarto dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e um, às nove horas, reuniu-se a Câmara Municipal de Belém - CMB sob a presidência da vereadora Enfermeira Nazaré Lima. Esta solicitou aos demais parlamentares que fizessem o registro de suas presenças no painel eletrônico. Em seguida, a presidente abriu a sessão. Iniciado o Horário do Expediente, assumiu a presidência da Mesa o vereador Amaury da APPD. A vereadora Enfermeira Nazaré Lima subiu então à tribuna e aludiu à Semana Nacional das Pessoas com Deficiência Intelectual e Múltipla, comemorada de 21 a 28 de agosto. Expressou ser necessária a inclusão das pessoas com deficiência nas escolas, ao contrário do que afirmou o atual ministro da Educação, senhor Milton Ribeiro. Ressaltou posteriormente a importância do exercício do respeito e da tolerância entre os membros deste parlamento. Contou depois ter estado em Brasília participando de ato buscando a aprovação do piso nacional para os profissionais de Enfermagem (Projeto de Lei nº 2564/2020), categoria que passou por muitos sacrifícios e adversidades combatendo a pandemia. Recordou ter, como enfermeira, enfrentado a epidemia da cólera, a gripe suína e mais recentemente o coronavírus, defendendo a valorização e o respeito aos profissionais de Enfermagem. Observou que a vacinação contra a Covid-19 estava sendo realizada no país com o trabalho voluntário de acadêmicos e profissionais de Enfermagem, que estavam exaustos, mas recebiam apenas um certificado de participação. Sugeriu que esta Casa se mobilizasse para fornecer a essas pessoas pelo menos um auxílio transporte. Notificou haver no Senado Federal um projeto visando acabar com as cotas para deficientes e a sociedade organizada precisava estar atenta para pressionar e evitar retrocessos. Chamou a atenção para a importância da aprovação de um projeto de lei de sua autoria, em pauta nesta sessão, criando a Semana Municipal de Enfermagem. Declarou não se tratar de corporativismo, como alguns poderiam pensar, pois valorizar a profissão e investir nos trabalhadores de Enfermagem representa, na verdade, um investimento na qualidade da assistência e na segurança do paciente. Findo seu pronunciamento, a vereadora Enfermeira Nazaré Lima reassumiu a presidência da Mesa. Usou então da palavra o vereador Amaury da APPD e mencionou a comemoração da Semana Nacional das Pessoas com Deficiência Intelectual e Múltipla e o início das Paralimpíadas no Japão. Lembrou ter participado, ainda na década de 80, da introdução no Pará do futebol de salão para deficientes visuais. Desde essa época, continuou, empenhou-se para mostrar à população que a pessoa com deficiência é capaz de alcançar seus objetivos, pois a deficiência não embaça o talento. Desse modo, as pessoas portadoras de deficiência são capazes de elaborar, projetar e executar as políticas voltadas para o segmento, afirmou. A partir dessa perspectiva, prosseguiu, chegou ao parlamento municipal de Belém, buscando fazer o debate com a sociedade e defendendo intransigentemente os direitos das pessoas com deficiência, lutando para ampliação desses direitos em nossa cidade e pela manutenção dos direitos já conquistados. Alertou para o fato de que muitos parlamentares, em todos os níveis, buscam aproximar-se do movimento das pessoas com deficiência apresentando projetos que, mesmo bem intencionados, terminam por restringir direitos já adquiridos pelo segmento. Asseverou serem contrários a qualquer forma de segregação: não querem espaços exclusivos para as pessoas com deficiência, seja em ginásios esportivos, estádios de futebol, praças ou qualquer outro lugar. Ao invés disso, complementou, reivindicam que a construção civil e o poder público edifiquem espaços com design universal de modo que possam ocupá-los como o restante da população. Anunciou que lutariam contra a aprovação de um projeto de lei da Prefeitura Municipal de Belém - PMB permitindo a ocupação de calçadas com toldos, mesas, cadeiras e outros objetos, dificultando a locomoção de pessoas com deficiência. Em aparte, manifestaram-se os vereadores Fabrício Gama, Zeca do Barreiro e Émerson Sampaio. Subiu posteriormente à tribuna o vereador Émerson Sampaio e referiu-se também ao projeto de lei de autoria da PMB mencionado anteriormente pelo vereador Amaury da APPD, observando que ele estabelece um percentual de ocupação das calçadas por bares e estabelecimentos similares. Indicou não ser adequada tal determinação porque as calçadas em Belém não têm padronização, algumas têm dois

RN
Amaury

EMERSON
Sampaio

metros de largura e outras podem ter setenta centímetros e, assim sendo, não se garante o espaço necessário à locomoção de um cadeirante. Participou ter sugerido, em uma reunião do Colégio de Líderes na semana anterior, o comparecimento de um técnico da Secretaria Municipal de Urbanismo – Seurb a esta Casa para discutir o projeto e realizar adequações. Deve-se especificar o espaço livre nas calçadas ao invés de um percentual de ocupação para permitir a passagem de cadeirantes e transeuntes, ponderou. Pediu às lideranças do Governo nesta Casa que o projeto fosse retirado de pauta para ser debatido conjuntamente com os técnicos da Seurb, de forma a esclarecer seu intuito e fazer nele as modificações necessárias. Lembrou haver um decreto do ex-prefeito Zenaldo Coutinho autorizando a utilização das calçadas e que o projeto em questão visa regularizar tal ocupação. Em aparte, manifestaram-se os vereadores Fabrício Gama, Miguel Rodrigues, Mauro Freitas e Moa Moraes. Encerrado o Horário do Expediente, iniciou-se o Horário de Liderança. Pela liderança do PL, Pablo Farah agradeceu o início da vacinação dos adolescentes, principalmente portadores de comorbidades. Pediu que fosse realizada uma sessão itinerante nas áreas próximas à Icoaraci, abrangendo o Conjunto Maguari e o Bairro do Tenoné. Inteirou sobre a presença nas galerias de uma comissão de moradores do Maguari, salientando ser necessário realizar uma operação tapa buraco nas ruas do conjunto e destacando a importância do 24º Batalhão da Polícia Militar para a segurança daquela parte da cidade. Alertando para a inexistência de creches nas imediações da Rodovia Augusto Montenegro, inteirou sobre lançamento do programa Creches por Todo o Pará pelo governo estadual, que tem a adesão da PMB. Disse que deseja ver esse programa tornar-se realidade, com a construção de creches naquela região. Parabenizou os moradores por comparecerem à sessão e cobrarem a solução dos problemas que enfrentavam. Pediu que se organizassem e não apenas esperassem que os vereadores os resolvessem. Garantiu que compareceria àquela área para verificar *in loco* a situação, iria até a Secretaria Municipal de Saneamento – Sesan solicitar a realização dos serviços necessários e acionaria os responsáveis pelo programa Creches por Todo o Pará para que ali fosse construída uma creche. Pela liderança do PSOL, Fernando Carneiro criticou o ministro da Educação, senhor Milton Ribeiro, por declarar que alunos com deficiência atrapalham o aprendizado dos demais, considerando tal declaração como um retrocesso. Apontou não ser um fato isolado, pois se trata de uma política da atual gestão federal a segregação das pessoas com deficiência. Repercutiu depois a notícia do desvio de 300 milhões de reais por parte das Organizações Sociais de Saúde – OSS das verbas destinadas à saúde no Pará. Tais organizações, continuou, são legalmente definidas como filantrópicas, sem fins lucrativos, mas na verdade fazem o gerenciamento dos hospitais por lucro. Manifestou seu apoio à investigação desse crime e defendeu punição exemplar dos culpados, pois certamente inúmeras mortes foram causadas por tal delito. O governo estadual precisa apoiar as investigações e responsabilizar os agentes públicos estaduais que estiverem envolvidos nesse esquema criminoso, afirmou. Pela liderança do bloco PSDB – DEM – Patriota – Cidadania, Mauro Freitas comemorou a decisão liminar do Tribunal de Justiça do Pará - TJPA liberando o funcionamento do Atacadão Portal na orla de Belém. Chamou a atenção para o fato de que o empreendimento gerará mais de 600 empregos diretos e 400 ou mais empregos indiretos, avaliando que os argumentos contrários ao início de suas atividades são inconsistentes. Julgou ser o momento de afrouxar um pouco as medidas restritivas impostas devido à pandemia e iniciar a recuperação da economia, permitindo mais oportunidades de trabalho e dando dignidade às pessoas. Não há indústrias ou fábricas em Belém, predominando em nossa cidade o setor de serviços e, sendo assim, qualquer empreendimento permitindo a geração de emprego e renda deve ser bem recebido, argumentou. Pediu ao prefeito Edmilson Rodrigues que não se opusesse ao funcionamento do Atacadão Portal, pois tais empreendimentos beneficiam a população. Pediu aos demais parlamentares que se voltassem ao debate e à solução de problemas que afligem nossos cidadãos, apesar de ser importante discutir as questões nacionais. Pela liderança da Oposição, Josias Higino relatou ter acompanhado os funcionários cadastrados do Atacadão Portal em reuniões, estando com cerca de oitenta deles, no dia anterior, em uma manifestação em frente ao gabinete do prefeito Edmilson Rodrigues. Reportou que, não podendo recebê-los, o prefeito destacou um advogado para tratar com uma comissão dos manifestantes. Acompanhou essa reunião, julgando-a muito produtiva e, à tarde, teve o prazer de receber a notícia da liminar liberando as atividades do empreendimento, historiou, fazendo notar a relevância de criar empregos em plena pandemia. A assessoria do prefeito dissera-lhe então que, a depender da PMB, o Atacadão Portal continuaria funcionando, comunicou. Parabenizou o prefeito Edmilson Rodrigues pela atitude, comentando que, brevemente, empreendimentos similares poderiam ser realizados em bairros como o Guamá, gerando novos postos de trabalho em nossa cidade. Pela liderança do PT, Amaury da APPD observou que nas obras de macrodrenagem realizadas em bairros como Barreiro, Sacramento, Telégrafo e Pedreira no final do século passado e começo deste século tudo fora feito, menos calçadas para a locomoção da população. Perdeu-se então a oportunidade de fazer uma cidade mais acessível, assinalou, sendo essencial resgatar este debate no momento em que se inicia um novo governo. Os portos de Belém devem ser mais acessíveis a pessoas com deficiência, a idosos e obesos, de modo que eles possam ir às ilhas passear, atentou. As pessoas que se locomovem para o interior do estado enfrentam, às vezes, muitas dificuldades para chegar às embarcações que as

R. Normanda

transportarão, adicionou, e tais questões devem ser debatidas nesta Casa. Posicionou-se depois contrariamente ao Decreto 10502/20, do governo de Jair Bolsonaro, por considerar que ele acaba com a Lei Brasileira de Inclusão – LBI (Lei Federal nº 13146, de 06 de julho de 2015), que condensa toda a legislação referente aos direitos e garantias das pessoas com deficiência. Findo este pronunciamento, assumiu a presidência da Mesa o vereador Bieco. Pela liderança do bloco PP – Podemos – Pros, Roni Gás sobrelevou ser urgente discutir o transporte público em nossa cidade, pois a população não suporta mais o caos que enfrentamos. Referiu ter recentemente viajado nos ônibus urbanos e testemunhado o sofrimento das pessoas. Denunciou a extinção de linhas em alguns bairros, tendo conhecimento de quinze casos do tipo, prejudicando os moradores. Encerrado o Horário de Liderança, o presidente Bieco pediu aos demais parlamentares que fizessem o registro de suas presenças para a verificação de quórum. Havendo quórum, iniciou-se a Primeira Parte da Ordem do Dia. Foi feita então a leitura da matéria constante em pauta nesta parte da sessão e o vereador Moa Moraes pediu Questão de Ordem solicitando a dispensa da leitura e dos interstícios aos projetos correspondentes. Posta em votação, esta solicitação foi aprovada pela plenária. Fez-se depois à leitura e votação do requerimento do vereador Fábio Souza solicitando onze dias de licença parlamentar, no período de 05 a 15 de setembro vindouro, sendo este aprovado por unanimidade. Passou-se em seguida à leitura do requerimento do vereador Miguel Rodrigues solicitando que fosse incluída nos Anais da Casa a informação de que a Semec, por meio do Edital 001/2021, estava ofertando duas vagas para arquivista, em ampla concorrência, duas vagas para cadastro de reserva e nenhuma para pessoas com deficiência. O vereador Fernando Carneiro pediu Questão de Ordem solicitando esclarecimentos sobre o objeto da inclusão nos Anais da Casa solicitada pelo requerimento, uma vez que não se tratava de um documento, como o edital do processo seletivo, mas do processo seletivo em si. Pediu ao autor do requerimento que o reformulasse especificando o objeto da inclusão. O presidente solicitou ao vereador Miguel Rodrigues, autor do requerimento, que anexasse ao mesmo a matéria a ser inserida nos Anais da Casa. Este pediu a suspensão do requerimento, informando que anexaria o edital do processo seletivo ao requerimento, que seria posto em votação em um momento posterior. Procedeu-se posteriormente à leitura do requerimento do vereador Matheus Cavalcante solicitando a convocação da superintendente da Superintendência Executiva de Mobilidade Urbana de Belém – Semob, senhora Ana Valéria Ribeiro Borges, para debater sobre a inclusão de aparelhos de ar condicionado nos ônibus urbanos de Belém e a licitação do transporte público. Fizeram encaminhamentos os vereadores Matheus Cavalcante, Josias Higino, Fabrício Gama, Émerson Sampaio, Zeca Pirão (com aparte do vereador Fabrício Gama). Em seu pronunciamento, o vereador Zeca Pirão, presidente da CMB, sugeriu que a Comissão de Transportes da Casa, juntamente com a Comissão de Economia e Finanças, a Comissão de Justiça, Legislação e Redação de Leis e os demais vereadores interessados reunissem com o Tribunal de Contas dos Municípios do Pará – TCM/PA para obter informações sobre o projeto de licitação do transporte público por ônibus de Belém, já aprovado neste parlamento e ora em trâmite naquele tribunal. O vereador Fabrício Gama pediu Questão de Ordem solicitando um acordo de lideranças para decidir entre a convocação da superintendente da Semob ou a realização de uma reunião com o TCM/PA. O presidente Bieco suspendeu depois a sessão por cinco minutos. Retomada a sessão, o vereador Zeca Pirão assumiu a presidência da Mesa. O vereador Josias Higino pediu então Questão de Ordem e sugeriu que se fizesse uma reunião na Sala Vip com a superintendente da Semob para esclarecimentos aos vereadores sobre a situação do projeto. Posteriormente, através da Comissão de Transportes, seria feita uma visita ao TCM/PA, acrescentou. O vereador Zeca Pirão, como presidente da CMB, suspendeu o requerimento e repassou-o à Comissão Executiva e ao Colégio de Líderes para que fosse analisado juntamente com as demais propostas apresentadas. Convocou depois os membros do Colégio de Líderes para uma reunião na manhã do dia seguinte, às oito horas e trinta minutos, para debater o assunto. Encerrada a Primeira Parte da Ordem do Dia, foi feita a chamada nominal dos vereadores para a verificação de quórum. Havendo quórum, iniciou-se a Segunda Parte da Ordem do Dia. O líder do Governo, vereador Alan Pombo, pediu então Questão de Ordem solicitando que fosse retomada a discussão do Veto nº 15/2020, constante no Processo nº 047/2021, anteriormente suspenso. Entrou então em discussão única e votação, com dispensa de interstício, o Veto nº 15/2020, veto integral ao Projeto de Lei nº 070/2020, de 21 de outubro de 2020, que “Dispõe sobre a denominação da Rua Marielle Franco, localizada no Bairro do Bengui e no Bairro Mangueirão em Belém”, de autoria do vereador Fernando Carneiro, constante no Processo nº 047/2021. Na discussão, manifestaram-se os vereadores Fernando Carneiro, Enfermeira Nazaré Lima, Matheus Cavalcante (com aparte do vereador Fernando Carneiro, assumindo neste íterim a presidência da Mesa o vereador Bieco), Lívia Duarte (com apartes dos vereadores Fernando Carneiro e Matheus Cavalcante, assumindo a presidência da Mesa neste íterim o vereador Augusto Santos), Bia Caminha e Émerson Sampaio (com apartes dos vereadores Matheus Cavalcante e Fernando Carneiro). Fez-se posteriormente a leitura das razões do veto. Posto em seguida em votação, este foi mantido com dezenove votos favoráveis e sete votos contrários, sem abstenções. O presidente Augusto Santos declarou então mantido o Veto nº 15/2020, veto integral ao Projeto de Lei nº 070/2020, de 21 de outubro de 2020, que “Dispõe sobre a denominação da Rua Marielle Franco,

localizada no Bairro do Bengui e no Bairro Mangueirão em Belém", de autoria do vereador Fernando Carneiro, constante no Processo nº 047/2021. Justificou seu voto o vereador Fernando Carneiro. Findo este pronunciamento, o presidente encerrou a sessão, às onze horas e quarenta e cinco minutos. Justificou sua ausência o vereador Fábio Souza. Estiveram presentes os vereadores: Fabricio Gama, Matheus Cavalcante, Mauro Freitas, Moa Moraes, Josias Higino e Pastora Salete, pelo bloco PSDB – DEM – Patriota – Cidadania; Émerson Sampaio, Miguel Rodrigues, Renan Normando, Túlio Neves e Roni Gás, pelo bloco PP – Podemos – Pros; Goleiro Vinícius, Augusto Santos e Juá Belém, pelo Republicanos; John Wayne, Neném Albuquerque, Zeca Pirão e Blenda Quaresma, pelo MDB; Enfermeira Nazaré Lima, Fernando Carneiro e Livia Duarte, pelo PSOL; Biéco e Pablo Farah, pelo PL; Gleisson Silva, pelo PSB; Bia Caminha e Amaury da APPD, pelo PT; Altair Brandão, pelo PC do B; Allan Pombo, pelo PDT; José Dinelly, pelo PSC; Dona Neves, pelo PSD; João Coelho, pelo PTB; Lulu das Comunidades, pelo PTC; Igor Andrade, pelo Solidariedade; Zeca do Barreiro, pelo Avante. Eu, segundo-secretário, lavei a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pela Mesa Executiva da Câmara Municipal de Belém. Salão Plenário Lameira Bittencourt, Palácio Augusto Meira Filho, dia 24 de agosto de 2021.



1ª Secretária



Presidente



2º Secretário